

## PODER RÉGIO E CORTES EM PORTUGAL (sécs. XII-XVI)

### ROYAL POWER AND PARLIAMENT IN PORTUGAL (12<sup>th</sup>-16<sup>th</sup> cent.)

### POUVOIR ROYALE ET PARLEMENT AU PORTUGAL (12<sup>e</sup> -16<sup>e</sup> siècles)

### PODER REGIO Y CORTES EN PORTUGAL (siglos XII-XVI)

Maria Cristina Cunha  
FLUP/CITCEM  
mcunha@letras.up.pt

José Augusto de Sottomayor-Pizarro  
FLUP  
pizarro@letras.up.pt

**Resumo:** Ao longo da Idade Média assiste-se a um gradual reforço das instituições de cunho mais centralista (como é o caso das Monarquias e da Igreja), fenómeno que se deteta a partir de meados do século XI e que se desenvolve em ritmos diferenciados nos vários reinos. O dossier temático pretende inserir-se na historiografia dedicada ao Poder régio, nas suas diversas expressões e extensões. O presente texto inclui uma breve apresentação de estudos que pretendem contribuir para um melhor conhecimento da historia do(s) poder(es) em Portugal.

**Palavras-Chave:** Poder Régio; Monarquia; Cortes; Poderes locais

**Abstract:** Throughout the Middle Ages there was a gradual strengthening of institutions of a more centralist nature (as in the case of the Monarchies and the Church), a phenomenon which was detected from the middle 11th century and developed at different rates in the various kingdoms. The thematic dossier aims to be part of the historiography dedicated to the Royal Power, in its various expressions and extensions. The present text includes a brief presentation of studies that aim to contribute to a better understanding of the history of power(s) in Portugal.

**Keywords:** Royal Power; Monarchy; Medieval Parliament ; Local powers

**Résumé:** Tout au long du Moyen Âge, on assiste à un renforcement progressif des institutions de nature plus centraliste (comme c'est le cas des monarchies et de l'Église), un phénomène détecté à partir du milieu du XIe siècle et qui se développe à des rythmes variés dans les différents royaumes. Ce dossier thématique vise à s'inscrire dans l'historiographie consacrée au pouvoir royal, dans ses diverses expressions et extensions. Le présent texte comprend une brève présentation des études qui visent à contribuer à une meilleure compréhension de l'histoire du ou des pouvoirs au Portugal.

**Mots-clé :** Pouvoir Royale; Monarchie; Parlement au Moyen Age ; Pouvoirs locales

**Resumen :** A lo largo de la Edad Media se produce un progresivo fortalecimiento de las instituciones de carácter más centralista (como es el caso de las Monarquías y la Iglesia), fenómeno que se detecta a partir de mediados del siglo XI y que se desarrolla a diferente ritmo en los distintos reinos. Este dossier temático pretende integrar la historiografía dedicada al Poder Regio, en sus variadas expresiones y extensiones. El presente texto incluye una breve presentación de estudios que pueden contribuir para una mejor comprensión de la historia del poder(es) en Portugal.

**Palabras-clave:** Poder Regio; Monarquía; Cortes ; Poderes locales

Um dos aspectos mais interessantes da História Política na Idade Média, em particular no que respeita à história dos poderes, é o que respeita ao gradual reforço das instituições de cunho mais centralista, como é o caso da Igreja e das Monarquias, fenómeno que se detecta a partir de meados do século XI, primeiro com a crescente afirmação do poder papal, consubstanciado na vulgarmente conhecida Reforma Gregoriana, e que atingiu o seu auge nas teocracias papais da primeira metade do século XIII, e depois nos vários reinos da Cristandade, com ritmos muito diferenciados, mas que se foram materializando a partir do século XII, sendo a base de um processo também conhecido e onde assentam os alicerces medievais do Estado Moderno. E, para a historiografia actual, a afirmação do Rei e da Coroa constitui um elemento fundamental na afirmação de um poder central e na estruturação do Estado. Por esta razão, o *dossier* temático deste número da *Revista História – Revista da Faculdade de Letras* é dedicado à investigação sobre o desenvolvimento do *Poder Régio*, em articulação com a instituição parlamentar e com os poderes locais.

Ao longo da Idade Média, mas sobretudo desde o século XI, as monarquias foram-se rodeando de diversos órgãos, cuja função era assessorar a governação. Neste processo, e numa primeira fase, têm papel fundamental os membros da Cúria régia, antes pertencentes ao círculo mais restrito e elevado da aristocracia, e gradualmente substituídos por leigos, tornando-se mesmo maioritários na composição do Desembargo Régio na centúria de Quatrocentos.

Paralelamente, e mergulhando as suas raízes na segunda metade do século XII, desenvolvem-se espaços mais abrangentes de apoio às iniciativas régias, em que as reuniões de cortes são um exemplo desses novos espaços de exercício do poder. De resto, e a partir de finais do século XIII, acabaram por se transformar no órgão privilegiado para o contacto entre o Rei e os Concelhos, sendo mesmo, pelo menos até aos finais do século XVI, um dos principais esteios da acção governativa.

Pese embora o tema geral do *Dossier* se apresentar com um escopo bastante alargado, foi possível reunir trabalhos com abordagens específicas, de algum modo relacionados com a história do poder régio em Portugal, constituindo pequenos, mas importantes, contributos para um melhor conhecimento da história do(s) poder(es) em Portugal.

Assim, o primeiro trabalho do *dossier* apresenta-se como um estudo inovador sobre a relação entre a escrita (ou quem a exercia) e o próprio Poder. Em **Tabeliães em Cortes e a escrita do poder: os homens e os textos (séculos XIV-XV)**, para além de muitos aspetos importantes, sobretudo quanto à forma como determinadas ordens régias circulavam de terra em terra pela mão dos notários com jurisdições alargadas (como é o caso da correspondente ao Entre-Douro-e- Minho), Ricardo Seabra foca algumas questões em relação ao tabelionato e às Cortes medievais. Assim, este Autor procura saber quem eram os tabeliães presentes em Cortes, e analisa alguns casos relativos às queixas por feitas por aqueles no espaço parlamentar, nomeadamente sobre o pagamento da pensão do tabelionato, imposto que aqueles oficiais estavam obrigados a pagar anualmente.

No estudo seguinte, **D. João I face à Santa Sé (1417-1429). Observações em torno de algumas súplicas**, Tadeu Duarte parte da análise de documentação enviada pela Santa Sé ao monarca português, no período indicado, para refletir sobre um tema que, não sendo novo, permite melhor compreender como a diplomacia contribuiu para o reconhecimento internacional da nova dinastia, no contexto do Cisma do Ocidente e do movimento conciliar. De facto, e como se demonstra no estudo, as súplicas dirigidas ao Sumo Pontífice, mais do que obedecerem a propósitos religiosos ou eclesiásticos, constituíram recursos extremamente importantes num reinado com novos objetivos políticos e económicos.

Dois estudos estão diretamente ligados ao tópico “*O Poder Régio exercido localmente: estruturas concelhias, oficiais, representações, etc.*”. Trata-se de **Construir a fronteira transmontana entre os séculos XII e XIII: o papel da Coroa e dos poderes locais**, da autoria de Ruben Conceição, e de **A governação de Braga no início do século XVI: o concelho, o arcebispo e o rei nas atas de vereação**, de Joana Lencart. No primeiro, o Autor reflete sobre a construção política da fronteira Nordeste do Reino de Portugal, ao longo dos séculos XII e XIII, correspondente ao atual território de Trás-os-Montes. Não sendo exatamente um tema inédito na historiografia, cruzam-se ali diversas fontes documentais, privilegiando-se o uso das *Inquirições Gerais de 1258*, dada a riqueza de informações que estas oferecem num momento particular da construção de Portugal. No final, a visão proposta constitui uma outra forma de olhar para o modo como os diferentes poderes se articularam e que estratégias foram adotadas, sobretudo a nível

local, tendo em vista a definição política do espaço, numa região concreta como é o caso do Julgado de Vinhais.

No estudo dos poderes locais, o caso excepcional que sempre constituiu a cidade de Braga, foi o mote para o estudo do relacionamento entre o poder régio e quem exercia o poder local, analisado por Joana Lencart com base nos mais antigos livros de vereação da câmara de Braga, até agora conhecidos, e que datam de inícios do século XVI, mais concretamente de 1509 a 1519. Nestes volumes foram registadas não apenas as atas das sessões camarárias, mas também alvarás e diplomas régios e arquiépiscopais, títulos de propriedades, tabelamentos de preços ou regimentos de mesteres, entre outros, que traduzem bem essa relação entre poderes. Ficam-se assim a conhecer os temas discutidos na assembleia camarária e quais os documentos que a vereação considerou importante registar, e que refletem a relação de poderes dentro da cidade e relativamente ao exterior.

No último número do ano de 2021, não queríamos, enquanto responsáveis pelo *dossier* temático, deixar de recordar o (re)fundador da *Revista da Faculdade de Letras-História*, que deixou o nosso convívio no início deste ano. O Professor José Marques foi, durante muitos anos, a “alma” da sua publicação, procurando sempre, pois era esse o objectivo principal, divulgar os trabalhos que os Colegas do Departamento – ou os jovens investigadores, normalmente relacionados com os diversos cursos de Mestrado –, iam produzindo. Por coincidência, ou talvez não..., os quatro trabalhos que compõem o *dossier* temático versam assuntos que foram especialmente caros ao Professor: diplomática notarial (ou não fora ele membro da *Comission Internationale de Diplomatique*), relação da monarquia com a Igreja (como homem da Igreja a que convictamente pertencia), a fronteira (até porque ele próprio era um homem da raia) e Braga (o eixo central da investigação que realizou ao longo da sua vida). Estando muito longe da forma, do estilo e dos propósitos da Revista de que ele tanto se orgulhava, esta não deixa mesmo assim de ser uma singela homenagem em que todos o recordamos.